

humanitas

Vol. LXVIII
2016

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Por encima de una finalidad concreta, los concursos, este libro es una herramienta útil también para estudiantes universitarios y, en general, para lectores interesados en conocer obras de la literatura griega: para unos como punto de partida, sistemático y bien organizado, para poder profundizar en los autores y obras seleccionados; para otros porque se ofrecen claves de lectura necesarias para una mejor aproximación e intelección de textos que, aun siendo atractivos por ellos mismos, adquieren mayor luz y perspectiva si su lectura va guiada por la mano de dos excelentes especialistas –J. Assaël en Eurípides y Favreau-Linder en Luciano–, porque solo un amplio conocimiento y dominio de estos textos y de sus autores, así como una familiaridad y competencia en abodar los puntos principales de su problemática, permite decir tanto y tan oportunamente en tan poco espacio.

PILAR GÓMEZ

Universidad de Barcelona

pgomez@ub.edu

https://doi.org/10.14195/2183-1718_68_11

BUTTI DE LIMA, Paulo, *Arqueologia da política. Leitura da República platônica*. Tradução pelo autor do original italiano (*Archeologia della politica: letture della Repubblica di Platone*. Sesto San Giovanni: Mimesis), revisto e ampliado, xviii + 172 pp., São Paulo, Perspectiva, 2012, ISBN: 978-85-273-1047-5

Recensão recebida a 06-06-2016 e aprovada a 15-09-2016

O Brasil é, neste momento, o espaço lusófono onde a investigação em torno de Platão se acha mais viva: não por acaso se escolheu Brasília para o *XI Symposium Platonicum*, a decorrer este ano. Testemunho do desenvolvimento dos estudos platónicos em terras de Vera Cruz é também o facto de as últimas traduções do *corpus* do filósofo publicadas entre nós serem produto de colaborações transatlânticas. Esta atenção a Platão explica toda uma actividade consistente de tradução de bibliografia secundária. É neste movimento que se insere a publicação do livro de Paulo Butti de Lima aqui recenseado. Itália tem uma forte escola de estudos platónicos (basta lembrar a polémica interpretação de Tubíngia, que teve em G. Reale um dos seus mais exaustivos defensores — mas poderíamos convocar nomes como G. Casertano, M. Migliori, M. Vegetti, etc.) e Butti de Lima não se afasta da qualidade que reconhecemos aos seus pares.

Com a introdução da obra mergulhamos de cabeça numa das questões mais queridas a Platão, glosada de muitos modos ao longo do *corpus*: a da natureza do conhecimento do bem e, no caso presente, do bem nesse campo do real que é a política. Trata-se, no fundo, de perceber que tipo de saber é o saber da política, determinar se este se pode constituir como ciência [ἐπιστήμη]. A prática democrática ateniense, como se compreende pelas descrições no *Górgias* e no *Protágoras*, analisadas pelo autor, pressupunha exactamente o oposto: a deliberação propriamente política parece ser algo em que todos os cidadãos podem participar, ao contrário do que sucede quando o assunto sob discussão é reconhecido como «técnico», i.e. objecto de uma arte. A *República* é, em larga medida, a tentativa de pensar os paradoxos (que não são aqui necessariamente índice da falsidade da pretensão que orienta o esforço) inerentes à elevação da política a esse estatuto de ciência. Através dos diferentes capítulos do livro, o autor convida-nos a reflectir mais intensamente sobre alguns passos no caminho empreendido por Sócrates e os seus interlocutores naquela direcção.

No primeiro capítulo, Butti de Lima explora a figura dos guardiães, com a qual a política faz a sua entrada na cidade ἔν λόγος edificada por Sócrates. O autor não se foca aqui na educação que aqueles recebem, mas na sua caracterização primeira. Não é dada ao leitor qualquer indicação verbal de que sob um mesmo título se escondem, na verdade, duas realidades distintas: os guardiães ocupados da defesa da cidade e aqueles, os filósofos, que a governam. Procura-se, pois, explicitar o que, nos Livros iniciais, anuncia já essa dualidade, o que é conseguido, sobretudo, pela atenção aos ecos, no diálogo, de uma imagem de grande fortuna na história do pensamento político: a imagem, de ascendência oriental, do rei-pastor, introduzida no Livro I por Trasímaco. É a partir dela que se reflecte sobre essa questão central de qual o grupo (se os governantes, se os governados) cujo interesse é servido pela arte política, ao que a *República* responderá pelo paradoxo. O autor convoca, apropriadamente, o começo d'*A educação de Ciro* de Xenofonte, mas ignora, salvo por uma breve nota no fim, o *Político* do próprio Platão, onde o paradigma do rei-pastor, ainda que ostensivamente rejeitado, desempenha uma função capital. Parece-nos também que, apesar de o papel militar dos guardiães ser repetidamente sublinhado, não se interroga suficientemente o lugar da guerra na cidade melhor. Não obstante estes dois pontos, o capítulo é bem-sucedido em mostrar a plausibilidade da arrojada tese do autor: «a *República* [...] encontra nesta imagem [do

rei-pastor] o seu fundamento e pode ser descrita, deste ponto de vista, como o *desenvolvimento de uma metáfora*» [p. 23].

No segundo capítulo, Butti de Lima debruça-se sobre a educação dos guardiães e, em particular, o papel da música nesta — enfoque legítimo, mas que deixa por pensar, uma vez mais, a dimensão guerreira das personagens. O autor explora a relação que a música estabelece com os ψιλοὶ λόγοι com que convive na cidade, em especial o discurso político, o retórico e o judicial. As reflexões em torno da superação deste último na cidade melhor, consequência directa do programa socrático de educação musical, fazem justiça a um tópico do pensamento político platónico nem sempre suficientemente valorizado. A discussão do autor teria sido enriquecida se tivesse levado em conta o começo do Livro III das *Leis* e o que o Ateniense aí diz acerca da ausência de litígios entre os primeiros humanos, que ele caracteriza como εὐήθεις [679c3-4]; será talvez precipitado, por isso, negar ao termo na *República* o sentido menos literal de «ingenuidade» [p. 41, cf. p. 43], o que tem implicações. O leitor teria também ficado a ganhar em ver desenvolvida a remissão na nota 59 para a *Política* de Aristóteles, em cujo último Livro encontramos uma reflexão de cariz platónico em torno do carácter pedagógico da música, reflexão que poderia ajudar a elucidar ou, o que não é menos necessário, problematizar certas questões. Dois pontos no capítulo merecem particular destaque: o elenco ordenado das relações possíveis entre música e política e o material histórico recolhido acerca da figura de Dâmon, que se cruza de maneiras inesperadas com o Sócrates histórico e platónico. Butti de Lima conclui abordando resumidamente o contributo da música para a formação do filósofo: «é através da música que o indivíduo se relaciona com o belo e adquire a familiaridade necessária para hospedar, em si, o que é superior» [p. 42].

No capítulo central, a complexidade da *República* emerge em todo o seu esplendor. O diálogo não oferece uma resposta cabal a muitas das questões maiores que ele mesmo suscita. Butti de Lima mostra como uma matéria tão nuclear como a da natureza do político e do saber que lhe é próprio é deixada em aberto no texto, em virtude da relação líquida, nunca suficientemente esclarecida, que se estabelece entre o político e outras três figuras (e respectivos saberes): o filósofo, o filósofo político e o legislador. A «ciência protectora» [φουλακική] [428d6], termo cuja pertinência e alcance o autor bem esclarece, surpreende desde logo por conferir à cidade o epíteto de sábia sem que, todavia, isso suceda por todos nela serem sábios; bem pelo contrário: a ciência em questão surge como restrita, *por natureza*

(pretensão cujas consequências são maravilhosamente interrogadas na nota 4), a uma minoria. Butti de Lima discute ainda até que ponto uma tal ciência supõe o conhecimento da injustiça e se, portanto, ela é acessível também a quem fora da cidade melhor. O autor debate com atenção e erudição as tentativas que certos comentadores têm feito no sentido de identificar a ciência governativa da *República* com a φρόνησις aristotélica, concluindo pelo insucesso dessa abordagem. Nem todos os seus argumentos nos parecem persuasivos, mas estamos de acordo em que «Platão não pode ser explicado por meio de Aristóteles» [p. 64], por mais que este possa ter desenvolvido intuições presentes nas obras do mestre. O capítulo não é, mau grado o seu pantanoso tema, radicalmente aporético, ainda que tudo quanto nele se afirma seja avançado com grande cautela.

No capítulo quarto, o autor centra-se naquele que será, provavelmente, o conceito fundamental da filosofia política: o conceito de *comunidade* [κοινωνία]. Segundo Butti de Lima, o diálogo confronta-nos com dois modelos de comunidade justa, aquela em que cada um faz aquilo que lhe é próprio [433a8]: a «económica», exemplificada pela cidade «de porcos» [372d4] do Livro II, e a «política», erigida no Livro V. É realçado o quanto a primeira se alicerça numa divisão *natural* do trabalho: não se segue, porém, um aprofundamento crítico deste apelo para a φύσις equivalente ao acima louvado, algo de que o leitor se ressentir. O principal contraste entre os dois géneros discutidos de comunidade tem que ver com a natureza do acto de pôr-em-comum: se na comunidade económica este assume a forma de uma *troca*, na política falamos de uma *comunhão*. Todavia, não se julgue estarmos perante paradigmas estanques: Butti de Lima faz justiça aos vários modos [τρόποι] em que a comunidade política é declinada. De facto, não conhecemos melhor estudo acerca das modulações que o conceito experimenta no Livro V. O autor resume as diferentes configurações de comunidade aí avançadas por meio de uma grelha simples que repete a cada nova informação, permitindo-nos acompanhar os passos da argumentação socrática. Merece ainda destaque a reflexão em torno da primeira ocorrência, em 463a, de δῆμος [pp. 86-87] e o cotejo final, sábio, com a primeira e segunda cidades das *Leis* [cf. 739a-e5].

Para o último capítulo fica reservada a discussão da proposta mais emblemática do diálogo, que Aristóteles, num silêncio que dá que pensar, ignora na sua crítica à *República* no Livro II da *Política*: a entrega do poder aos filósofos. Butti de Lima assinala a sabida tensão entre essa exigência do regime edificado por Sócrates e o reconhecimento por este do carácter

oneroso (*litúrgico*, no sentido grego do termo) de que o exercício do poder se reveste para o filósofo [347b5-d8], mas aborda-a com fecundidade a partir da distância entre ciência política e filosofia (já em parte tratada no capítulo terceiro, como vimos), distância que põe-em-questão a assunção do governo da cidade pelo filósofo. Este não parece habilitado a conduzir a πόλις: carece de experiência política, a sua qualidade moral é duvidosa e o seu saber, não-orientado à acção, é visto por todos como inútil. Butti de Lima expõe em detalhe e questiona a resposta socrática a cada uma destas críticas, sem em nada diminuir o paradoxo maior da *República*: «entre todas as ocupações da cidade, somente a política *não* se realiza a partir do *érgon* de quem a pratica» [p. 110]. O capítulo fecha com uma breve mas certa discussão do silêncio da *República* em torno da impiedade potencial da actividade filosófica, tema aflorado noutros diálogos e querido aos discípulos de Strauss.

O livro encerra com dois apêndices, reelaborações de artigos anteriormente publicados.¹ No primeiro, o autor explora as relações entre retórica e poder a partir de um conjunto de diálogos platónicos (o *Fedro*, o *Górgias* e o *Ménon*), expondo a «*dynamis* retórica» como «não somente “capacidade”», no que não se distinguiria das demais artes, mas «poder efetivo [sic] exercitado sobre os homens» [p. 136]. Alude-se, contudo, à transformação da retórica pelo Sócrates platónico, que a envia no sentido, continuado por Aristóteles, da θεωρία, tese que precisaria, a nossa ver, de maior desenvolvimento. Mais interessante nos pareceu o segundo texto, que explora as referências no *Íon* a estrategos atenienses oriundos de outras πόλεις. A questão tem inesperadas repercussões filosóficas, por obrigar a pensar, a partir de um caso extremo, o lugar da competência, da τέχνη, na política. A dissociação entre as duas realidades teria atingido o seu auge com Arginusas: «o sucesso técnico-militar dos generais não impede o fracasso do ponto de vista político» [p. 142]. O apêndice desenvolve eficazmente o tópico, ainda que haja porventura um excesso de informação histórica e não se perceba a ausência de referências, ao menos em nota, à reflexão aristotélica sobre o tema [*Pol.* 1309a33 ss.].

Não obstante quanto foi sendo apontado à obra (quase sempre questões de detalhe), *A arqueologia da política* revela-se um acrescento muito positivo à bibliografia secundária em língua portuguesa acerca da *República*, sendo,

¹ (2005/06), “A *dynamis* da retórica”, *Kleos* 9-10: 163-177; e (2005), “Strategie straniere”, *Ordia prima* 4: 89-106.

porém, um livro direccionado a quantos buscam um entendimento mais profundo do diálogo e não àqueles que, em contexto escolar, por exemplo, contactem pela primeira vez com a obra. A tendência a relevar o que no texto há de indefinido, problemático e difícil assegura que o livro interpela até o leitor que venha a discordar das teses avançadas por Butti de Lima. Desejaríamos apenas que o autor não se tivesse confinado ao trabalho de comentador platónico, ousando engajar-se com as inquietações que o Sócrates platónico suscita àquele que, hoje, se debruce, como ele, sobre τὰ πολιτικά — mas isso implicaria, muito provavelmente, todo um outro livro, livro que não fomos chamados a recensar.

JOÃO DIOGO LOUREIRO

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

silentdarker@gmail.com

https://doi.org/10.14195/2183-1718_68_12

CACCIATORE, Paola Volpe (a cura di), *Plutarco: Linguaggi e Retorica. Atti del XII Convegno della International Plutarch Society. Sezione Italiana*, 156 pp., Napoli, M. D'Auria Editore, 2014, ISBN 978-88-7092-358-2

Recensão recebida a 21-04-2016 e aprovada a 24-05-2016

A prestigiada editora italiana M. D'Auria Editore, com o contributo do Dipartimento di Studi Umanistici dell' Università degli Studi di Salerno e especial cuidado editorial de Paola Volpe Cacciatore, publica um conjunto de sete estudos sobre Plutarco, em homenagem a Antonio Garzya, filólogo que faleceu em Março de 2012. Numa nota inicial muito emotiva e pessoal, Paola Volpe Cacciatore traça o retrato de Antonio Garzya, enquanto académico que possuía uma invulgar capacidade filológica e também realça a sua dimensão humana: “un Maestro di studi e di vita” (p. 13). É, assim, com toda a justiça que se dedica a Antonio Garzya este conjunto de estudos, também pelo facto de ter publicado, *inter alia*, vários estudos sobre a obra do Queronense.

Sergio Audadano (“La retorica dell' indeterminazione: spunti per una lettura della *Consolatio ad Apollonium*”, pp. 15-27), sem ter por objectivo se deter nas questões relacionadas com a autoria do tratado *Consolatio ad Apollonium*, define a sua organização interna, notando haver alguma “indeterminazione”, o que confere ao texto um carácter atemporal, pouco